

A DITADURA EM OUADROS E OUADRINHOS: A LINGUAGEM ICNOGRAFICA DA CRÍTICA ILUSTRADA NA PRÁTICA DE ENSINO SOBRE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA (1975-1985)

Adriano Negreiros da Silva*

1. INTRODUÇÃO

O ensino de História do Brasil sobre abertura política de fins do período ditatorial brasileiro, por muito tempo suavizou as agruras sofridas pelos opositores do regime pela exaltação apaixonada e também consciente daqueles anos derradeiros e a possibilidade da retomada do Estado de Direito com nossa débil e torta democracia. Em verdade, os livros didáticos brasileiros foram convenientes para por uma "pá de cal" à memória problematizada sobre aquele tempo histórico.

Dessa forma, revisitar esse passado, tão presente, é uma necessidade. Afinal, suas heranças não cessam nos noticiários e na política nacional. Elaborar meios para quebrar os silêncios e prover à sociedade trabalhos historiográficos que despertem o entendimento e a criticidade sobre esse contexto atroz são medidas honestas e coerentes a um ensino pleno de História.

Assim, não há como pensar em um ensino de História pleno sem o uso de múltiplas linguagens no processo de ensino-aprendizagem. Para esse trabalho, a linguagem imagética satírica (charges, cartuns, caricaturas e tiras) presente em grandes periódicos e jornais alternativos será pilar. Pois, sendo detentora de uma inegável capacidade comunicacional, é impossível nos furtarmos à sua capacidade como evidência histórica. Tendo em vista, a relevância e potencialidade dos seus registros em

^{*} Mestrando do Programa de Pós-Graduado em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN). Bolsista de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela professora do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Profª. Drª. Monica Piccolo Almeida. Professor Substituto do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).





possíveis estudos sobre a disseminação de discursos e ideários diversos. A crítica ilustrada é parcial por excelência, funciona para quem a detém; seu caráter persuasivo e penetrante na mentalidade das massas interessava a todas as vertentes e segmentos sociais e de poder do período ditatorial brasileiro.

Dessa forma, são objetivos projetados para esse trabalho, a análise das peculiaridades e confrontos nos discursos da crítica ilustrada presente em periódicos (convencionais e alternativos) da cidade de São Luís, capital do Maranhão, no contexto da ditadura empresarial-militar brasileira e a partir desse produto de análise, elaborar um material paradidático ilustrado, direcionado ao ensino fundamental (especificamente, turma do 9º ano), que exponha as perspectivas ideológicas e políticas do país no contexto de transição e final da ditadura (1975-1985) por um método de ensino-aprendizagem instigante e autônomo.

2. A CRÍTICA ILUSTRADA E O ÚLTIMO DECÊNIO DA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR

O Brasil nas décadas de 1960, 1970 e 1980, esteve envolto em um contexto político conturbado de ditadura. Nas duas primeiras décadas, o país vivenciara um período político muito rígido em que a ditadura empresarial-militar ascendeu e se consolidou; a restrição ideológica vigorava aparatada pelos braços coercitivos do Estado. Na transição da década de 1970 para 1980, há o advento de um revés na sistemática política nacional; a redemocratização estava em curso. Uma grande euforia toma conta de ampla parcela da população com a abertura política. Os discursos que aclamam o Brasil, enquanto uma possibilidade democrática, a partir daquele momento, imperam. Democracia e liberdade eram palavras de primeira ordem. Vários segmentos de classe as ratificavam nos gritos e discursos apaixonados pelas ruas de mãos dadas por uma nova era política simbolizada na campanha por eleições diretas, as "Diretas já".

A população brasileira estava mobilizada nesse contexto. Movimentava-se e expressava a sua condição por diversos canais, dentre eles, a crítica ilustrada (caricaturas, charges, cartuns e quadrinhos ou tiras). Nesse contexto, ascenderam e



notabilizaram-se nos meios jornalísticos da grande imprensa e imprensa alternativa do país discussões sobre os destinos políticos, sociais e econômicos, através do mencionado discurso imagético satírico. Uma arte discursiva e crítica que há muito permeava o cotidiano jornalístico do país acompanhando os debates e contextos políticos de perto, proporcionando assim, um valioso caminho comunicativo e vestígio histórico.

Deste modo, sendo a crítica ilustrada detentora de uma inegável capacidade comunicacional, é impossível nos furtarmos à sua relevância como evidência histórica e meio de acesso à inteligibilidade pretendida junto à prática de ensino-aprendizagem dos conhecimentos históricos. Visto que, observados em particular, todos os seus subgêneros exercem um viés comunicativo com seu receptor. A caricatura não é subordinada à estética, tem validade crítica por expor as imperfeições dos padrões sociais, um flagelo direcionado a ridicularizar. O cartum tem temáticas amplas, não versa sobre fatos delimitados no tempo e espaço; o que lhe confere um caráter universal, genérico; seus temas são a fome, a corrupção, a criminalidade, a paz, etc.

A charge é a crítica burlesca de um fato ou acontecimento específico de conhecimento público. Tem como matéria-prima para a sua inteligibilidade, os fatos do dia-a-dia e o conhecimento prévio do leitor. Ela está presente em jornais e revistas, tem papel importante na opinião pública, pois viabiliza a disseminação do pensamento reflexivo por meio da imagem sobre um acontecimento e o que oculto nas suas entrelinhas. Visa polemizar, refletir, desnudar e trazer à tona por via do humor tudo que está maquiado por outros discursos.

Por fim, a tira ou quadrinhos, em suas histórias transitam discursos entre a abrangência temática dos cartuns e a especificidade das charges na exposição da sociedade. Direto, trata-se de um texto curto construído em um ou mais quadros, com a presença de personagens fixos quase sempre, que criam uma narrativa com desfecho inesperado no final; conciliando textos imagético e escrito ao mesmo tempo, como regra.

Portanto, como elemento da arte cômica, "o riso 'castiga os costumes'. Obriga-nos a cuidar imediatamente de parecer o que deveríamos ser" (BERGSON,





1982, p. 13). Dessa forma, a crítica ilustrada funciona como o vetor do cômico que extrai pelo ridículo o que está oculto e presente na matéria-prima diária da charge, do cartum, da tira ou quadrinho e da caricatura. Tendo em vista, a proeminência e potencialidade dos seus registros em possíveis estudos sobre a disseminação de discursos e ideários múltiplos.

Logo, enquanto seres plurais, detemos múltiplas capacidades comunicacionais que não somente a linguagem verbal. A primazia da língua, como forma e meio de comunicação padronizada, é explicada por um condicionamento histórico que nos levou à crença de que as únicas formas de conhecimento, de saber e de interpretação do mundo são aquelas veiculadas pela linguagem verbal, na sua manifestação oral ou escrita; haja vista, que essas nos permeiam de maneira mais constante e usual. Tal distinção nos fez por muito tempo acreditar cegamente que o único meio autêntico e sólido de comunicação seria pela escrita alfanumérica, excluindo e no máximo, relegando às outras formas não-verbais para um patamar secundário e constantemente suspeito de ilegitimidade (SANTAELLA, 2003).

Por conseguinte, as autoras Crislane Barbosa Azevedo e Aline Cristina Silva Lima vão além. Enfatizam que no âmbito da educação histórica essa visão negativada adveio de uma herança dos antigos sistemas educacionais, que concebiam esse tipo de arte como "negativa" para a formação das crianças (AZEVEDO e LIMA, 2011). Essa concepção, para os padrões atuais de fonte histórica, é no mínimo retrograda e limitadora das possibilidades imbricadas nos códigos imagéticos. A crítica ilustrada faz parte da construção do conhecimento histórico.

A partir do que se desenvolveu na Nova História, que se configurou como uma corrente historiográfica surgida na segunda metade do século XIX na França, através de historiadores como Jacques Le Goff e Pierre Nora (correspondente à terceira geração da chamada Escola dos Annales) foi observada a expansão do universo do historiador, que passou a dispor de uma ampla variedade de novas abordagens históricas, ou seja, houve a ampliação do conceito de fontes históricas.

A proeminência da palavra sobre a imagem, por exemplo, quebrou-se; porém, sem prescindir da escrita alfanumérica. Hoje, podemos trabalhar junto aos





alunos diversas evidências históricas, por exemplo: documentos oficiais, textos de época e atuais, mapas, ilustrações, gravuras, imagens de heróis de histórias em quadrinhos, poemas, letras de música, literatura, manifestos, relatos de viajantes, panfletos, caricaturas, pinturas, lotos, rádio, televisão, etc. O importante é que se alerte para a necessidade de que as fontes recebam um tratamento adequado, de acordo com sua natureza (KARNAL, 2003). "O essencial é enxergar que os documentos e os testemunhos só falam quando sabemos interrogá-los" (BLOCH, 2002, p. 27). Toda imagem se bem trabalhada pode vir a ser uma evidência histórica. Haja vista, que não buscamos uma "janela literal" para o passado. Por exemplo, não podemos ter em uma pintura da escola romântica francesa ou inglesa do século XVIII, um indício "melhor" que um rabisco chárgico qualquer do mesmo período.

A priori, o tratamento das imagens figura como uma "balança" em busca de equilíbrio entre os perigos da forma e do conteúdo. Uma vez que, por exemplo, tomando os aspectos da forma em excesso, podemos ser iludidos pelo primor da técnica realista de uma pintura ou desenho, e sem percebermos, já estaremos a olhá-los como a própria realidade de uma dada época a eles relacionada. Do mesmo modo, ainda dentro da forma, se temos uma imagem de estética confusa, podemos incorrer a uma série de interpretações de seu conteúdo alheias às reais evidências contidas. Destarte, os testemunhos de imagens são sempre mais confiáveis quando expõem pelo método de investigação àquilo que os seus confeccionadores não sabiam que estavam transmitindo, mesmo dentro de suas intenções (BURKE, 2004).

A linguagem é eminentemente um fator de interação, em detrimento das concepções de língua como fluxo de pensamento ou como estrutura tão somente. Ela encontra sua essência no fenômeno social da interação verbal e não-verbal (enunciação ou enunciações), próprio do indivíduo humano por sua necessidade de comunicação. A linguagem seria como um macro elemento, composto por micro elementos distintos uns dos outros, que são os gêneros. Esses gêneros conteriam características próprias, o que garantiria autonomia em relação aos demais. Isso não quer dizer, no entanto, que não possam compartilhar características, haja vista que gêneros linguísticos são inter-





relacionais e autônomos. São relativamente estáveis, assim, não funcionando como caminhos fixos que paralisem a atividade social (SANTAELLA, 2003).

Logo, através do humor despertado pela caricatura, cartum, charge e quadrinhos, aflora um valioso caminho comunicativo que se gesta entre o autor e o leitor. Uma relação que está localizada no tempo, cujos aspectos irão variar de acordo com os objetivos, os conhecimentos prévios e os elementos socioculturais que englobam tanto o autor da ilustração, quanto o público leitor de seus trabalhos. Sendo que em nenhum momento a História estará dissociada e, por consequência, também, se gestará um meio efetivo de inteligibilidade do conteúdo histórico aos discentes; situação que poderá diluir recorrentes estigmas da disciplina de História como "matéria decorativa, monótona e chata".

Assim, o que se conclama é a utilização de fato da linguagem icnográfica da crítica ilustrada no universo escolar. É sabido, segundo Crislane Azevedo e Aline Lima, que desde a segunda metade do século XIX, esses gêneros (as autoras dão destaque às Histórias em Quadrinhos – HQ's) ingressaram no ambiente escolar como ferramenta de ensino, apesar da suspeição sobre a validade de sua utilização por muitos profissionais da área da educação. "O fato é que o professor não pode utilizar as HQs apenas como ilustração ou reforço para o conteúdo desenvolvido nas aulas. Sem reflexão não há aprendizado" (AZEVEDO e LIMA, 2011, p. 66).

Ainda segunda essas autoras, o trabalho com imagens e sua demonstração como fonte histórica são importantes atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. Nesse sentido, é imprescindível fazer com que os alunos percebam a importância de refletir sobre o que veem e a partir disso, interpretar, compreender e reinterpretar a história.

Dessa maneira, a priori, o imperativo aqui, está na capacidade de analisarmos a crítica ilustrada enquanto uma paródia reflexiva da realidade política brasileira na ditadura empresarial-militar (1964-1985) sob o ângulo de visão analítica de charges, cartuns, caricaturas e quadrinhos de alguns jornais locais e nacionais da grande imprensa e imprensa alternativa da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão. Observando suas peculiaridades e confrontos discursivos; os déficits criados pela sua





não utilização no âmbito escolar e a carência (ou mesmo, inexistência de materiais didáticos de História com foco local). Desse modo, a elaboração de um material paradidático ilustrado direcionado ao público discente do ensino fundamental sobre o tema, que exponha as vertentes ideológicas e políticas em oposição e outras abordagens que lhe competem, faz-se fundamental para que se atinja o modelo de educação multifacetada expresso nos Planos Curriculares Nacionais de História.

3. LINGUAGEM ICNOGRÁFICA, HUMOR E ENSINO DE HISTÓRIA

O imperativo desse trabalho está na capacidade de analisar as ilustrações satíricas (charges, cartuns, caricaturas e quadrinhos) enquanto uma paródia reflexiva da realidade, com seus traços de humor munidos de transcendência e deformidade sobre o real, ou seja, o cotidiano sobre o qual os ilustradores se debruçam para compor seus textos, recriando significados e ampliando reflexões para então exercer a comunicação independente de seu teor entre o emissor e o receptor.

Assim, sobre esses subgêneros linguísticos temos primeiramente a caricatura. Essa se incumbe de exagerar, ressaltar certas características do retratado, com a intenção gozadora de atingir diretamente seu alvo com o ridículo. Logo, a caricatura tem por característica fundamental a distorção anatômica, excedendo nos traços mais marcantes da personalidade retratada.

Outro subgênero mordaz é a charge, que tem natureza intrínseca ao jornalismo, pois partilha do factual cotidiano dentro de uma perspectiva de curta duração. Efêmera, seu objetivo é a crítica burlesca de um fato ou acontecimento específico de conhecimento público através do olhar do chargista. Ela pode se apresentar de dois modos: somente através de imagens ou combinando imagem e texto escrito. Tendo como matéria-prima para a sua inteligibilidade, os fatos do dia-a-dia e o conhecimento prévio do leitor.

Diferente da caricatura e da charge, os cartuns são textos atemporais, que veem o seu sentido atravessar os séculos sem ter seu entendimento prejudicado. Geralmente, não fazem nenhuma referência a alguma personalidade ou fato do





noticiário em específico, por exemplo, um escândalo da política nacional. Pelo contrário, suas temáticas são amplas, tendendo a ser menos comprometido com o dia-adia dos fatos; o que lhe confere um caráter universal. Seus temas versam entre o bem e o mal, a guerra e a paz, o ambientalismo, a fome, a miséria, etc.

Por fim, temos os quadrinhos ou tiras, a evolução desse subgênero só foi possível graças ao desenvolvimento da imprensa. Dessa forma, são atrelados a temáticas conectadas à realidade (política, social, cultural, entre outros) por sua identidade jornalística. Uma característica elementar é a criação de personagens fictícios com identidades próprias (principal elemento de distinção para com os cartuns e as charges), por exemplo: "Níquel Náusea" de Gonzales; "As cobras" de Luís Fernando Veríssimo; "Mafalda" de Quino; "Graúna" de Henfil e outros.

Dada a sua validade como fonte histórica, esses subgêneros linguísticos atenderiam a demanda de um ensino de história prazeroso e de múltiplas vias de acesso ao conhecimento do passado que o entorna. Pois, como assevera Jayme Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky, no capítulo "Por uma História prazerosa e consequente" do livro "A História na sala de aula", organizado por Leandro Karnal, o objetivo primeiro do conhecimento histórico é a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, o desvendamento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços (KARNAL, 2003). Para tanto, é fundamental que o aluno tenha prazer no saber e compreenda-se como ser inseparável do tempo pretérito da sociedade em que vive.

Contudo, para que a sátira ilustrada seja inteligível ao leitor em todo seu potencial de criticidade são necessários elementos referenciais, concernentes ao contexto social, político, cultural, etc. Uma vez que nenhuma crítica ilustrada se cria do nada, não surge sem uma base, acontece sempre a partir de outro texto, fato ou elemento que justifique a paródia, a crítica ilustrada não causa seus efeitos se não for produzida a partir de um contexto, de um fato referencial, de uma realidade local que a justifique. Portanto, sua utilização como recurso didático não é mera alegoria para complementar aula. Os quadrinhos, cartuns, caricaturas e charges podem, e devem, ser alçados ao





protagonismo de análise, ser um vetor atraente e instigante aos alunos sem se constituir como uma alegoria.

O conhecimento histórico, como área científica munida de vários caminhos inteligíveis, tem influenciado o ensino, os conteúdos e os métodos tradicionais de aprendizagem. Contudo, não têm sido essas transformações as únicas a afetarem o ensino de História. As escolhas do que e como ensinar são provenientes de uma série de fatores e não exclusivamente das mudanças historiográficas. Associa-se com as transformações da sociedade, especialmente a expansão escolar para um público culturalmente diversificado, com a intensa relação dos estudantes com as informações difundidas pelos meios de comunicação, com as contribuições pedagógicas e com propostas pedagógicas que defendem trabalhos de natureza interdisciplinar (MEC/SEF, 1997).

Por isso, esse trabalho inevitavelmente partirá para uma proposta de abordagem do uso da crítica ilustrada em sala de aula conciliada à investigação histórica e a outros ramos do conhecimento também. Afinal, o fato captado pelo ilustrador é sempre fundido a uma série de cargas simbólicas e sócio-históricas que materializado na ilustração satírica, não mais é o fato em si, mais o enunciado do fato e seus múltiplos sentidos. Logo, o enunciado é permeado por uma significação que lhe atravessa, pois o sentido está no todo e não só no fim. O aluno alcança essa significação através dos componentes do desenho, como, por exemplo, as figuras de linguagem. Esse caráter metafórico da imagem vinculado a palavras resulta em um modo de conhecimento interativo, criativo, crítico, reflexivo e irradiante.

Destarte, a partir dessa compreensão basilar, temos como primordial a composição de uma análise discursiva entre alguns dos canais jornalísticos da grande imprensa e imprensa alternativa e seus respectivos trabalhos ilustrados no contexto da ditadura empresarial-militar. Por esse viés, utilizaremos a categoria teórica do intelectual marxista italiano Antônio Gramsci, no caso, o conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia e sua eficácia na construção de estereótipos políticos à opinião pública.





Em que a possibilidade ou impossibilidade do desenvolvimento de consenso, isto é, momentos em que os valores das classes dominantes são adotados pelas classes dominadas como se seus fossem, demandando-se que seja instituído um campo de significados agregados. Os aparelhos privados de hegemonia se tornam assim instrumentos culturais de pensar e construir, fazer e desconstruir. (GRAMSCI, 2005).

Para tanto, quem orquestrava esses aparelhos? Para elucidar tal questão, nos valeremos da carga conceitual de autores como René Dreifuss, historiador e cientista político uruguaio que esmiuçou como poucos as entranhas da ditadura empresarialmilitar por meio de obras como "1964: a conquista do Estado - a ação política, poder e golpe de classe". Conceito esse que se confronta ao de "civil-militar", inclusive, elaborado pelo mesmo autor, tendo em vista que não admitia pela complexidade sócio-político-econômico daquele contexto histórico brasileiro, o reducionismo dos militares como agentes unilaterais na consecução e controle do Estado pela via anti-democrática golpista.

Para Demian Melo, a expressão "civil-militar" foi apresentada pela historiografia como meio mais coerente para adjetivar o golpe de 1964 e o consequente regime. Seu propósito foi apresentar a ação golpista e os governos do período ditatorial como não restritos a atuação única das Forças Armadas. Adverte que segmentos civis vinculados ao capitalismo nacional e transnacional, por exemplo, apoiaram o golpe e participaram da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a historiografia majoritária limita o encerramento do regime. Contudo, é interessante frisar, que por conta de apropriações teóricas superficiais do conceito de Dreifuss, parte da historiografia (à qual se vincula Demian Melo) passou a encampar uma denominação diferente, e também elaborada por Dreifuss, ditadura como "empresarial-militar" (MELO, 2012).

Para René Dreifuss, a liderança do processo político que culminou no golpe em 1964 não foi protagonizada exclusivamente pelos militares. Seus conspiradores estavam distribuídos em diversos nichos civis, entre eles a iniciativa privada, nacional e internacional. Tendo na atuação de associações como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) os mecanismos





necessários para tal ação golpista; somado ainda o apoio da burguesia tradicional, setores oligárquicos (no qual se insere Victorino Freire) e rede de apoio das forças armadas (DREIFUSS, 1987).

Sobre esse período, desenvolveu-se uma vasta bibliografia sobre o foco de abordagem tanto da grande imprensa, quanto da imprensa nanica ou alternativa. Segundo Bernardo Kucinski, diante da truculência progressiva da ditadura, gestou-se um sentimento de contraposição e crítica ao Estado de Exceção por meio de segmento da imprensa, denominado como imprensa alternativa, nanica ou independente. Ela, em contrapartida a complacência de parte da grande imprensa nacional diante do regime militar, fazia críticas sistemáticas do modelo econômico e político e realidade social do país com deboche e muito humor. (KUCINSKI, 1991).

A questão é que uma parcela da historiografia brasileira padronizou o relato sobre a história do regime no centro sul-sudeste, como sendo a história de todo o país. A história da Ditadura Empresarial-Militar Brasileira abrange todos os estados, independente da sua extensão e/ou distância. Cada um é coautor e colaborador da história nacional, não estando necessariamente sujeito unilateralmente às influências do centro-sul, pois, a priori, cada um viveu o regime no seu contexto regional repleto de singularidades.

Logo, depreende-se que tal pesquisa deve priorizar as questões concernentes a ditadura empresarial-militar no Maranhão, em específico, São Luís, nos dez últimos anos do regime (1975-985) mantendo um diálogo saudável e não submisso com a historiografia do centro-sul do país. Assim sendo, até que ponto a crítica ilustrada presente na imprensa alternativa (O Baú de Cartuns e A Folha de São Luís), ou mesmo incutida na grande imprensa (Jornal Pequeno, O Imparcial e O Estado do Maranhão), pôde transitar disfarçadamente pela opinião pública? O que definia a permissividade ou não para com essas imagens? Afinal, tínhamos uma capacidade ilustrativa nos pequenos jornais realmente incômoda e na grande imprensa, realmente apologética ao regime? Qual era o real nível de perseguição da censura? A população tinha acesso efetivo a esse meio linguístico icnográfico? Quais as temáticas recorrentes dessas críticas ilustradas tanto na grande imprensa, quanto na imprensa nanica local? Como pensar os potenciais





confrontos discursivos desse vetor linguístico no processo de ensino-aprendizagem dos discentes ao estudarem o conteúdo de ditadura empresarial-militar ainda no ensino fundamental? Quem são os autores das ilustrações? Depois da leitura dessas imagens, qual a impressão do conteúdo histórico para o aluno? Como levar ao conhecimento dos alunos todas essas problematizações sem que a imagem pareça alegoria, assumindo, de fato, o seu protagonismo?

Poucas perguntas de um amplo e complexo arco de questionamentos que podem revelar um passado jornalístico maranhense aguerrido e/ou conivente através da imagem, frente ao contexto de transição e final da ditadura empresarial-militar (1975-1985). Nesse corte cronológico, teremos como foco temático os seguintes aspectos: a coerção e censura utilizada pela ditadura e viabilizada pelo Ato Institucional Nº 5 (AI-5); o Milagre Econômico; a Abertura Política e o Movimento das "Diretas Já".

Essas questões nortearão a todo tempo o foco prioritário de análise das imagens satíricas. A crítica ilustrada nesse trabalho funcionará como um auxílio paradidático para que compreendamos, e façamos com que os alunos também entendam a realidade histórica do país no contexto em questão por um prisma de múltiplos vieses e como a democracia nascida ao final desse corte cronológico guarda em seu âmago "heranças" não superadas no modelo de República Democrática vigente.

4. IMAGEM, HUMOR E ESCOLA: POR UM ENSINO DE HISTÓRIA INSTIGANTE

Esse trabalho se desenvolverá em sintonia com um dinamismo nos diálogos, discursos e debates. Nesse processo as fontes a serem utilizadas giram em torno de jornais, fundamentalmente; logo, pesquisas em bibliotecas e acervos de órgãos públicos¹ e/ou privados serão cruciais. Além de outras fontes como: livros relacionados

¹ As fontes primárias dos jornais da grande imprensa (Jornal Pequeno, O Imparcial e O Estado do Maranhão) de São Luís - MA necessárias para a realização do projeto já foram levantadas (assim como as da imprensa alternativa), por meio de minha participação como bolsista graduado e de outros bolsistas (no período de 01/05/2013 a 30/04/2015), todos vinculados ao Núcleo de Pesquisa e História Contemporânea (NUPEHIC), no projeto "Organização, Indexação, Informatização e Publicização do Acervo Documental





à temática; revistas especializadas de época, ou não; quadrinhos ou tiras, charges, cartuns e caricaturas variadas; biografias de artistas da área; artigos correlatos, imagens, fotos, entre outros.

Assim, à medida que a pesquisa se desenvolver, uma troca de informações e ideias com outros campos do saber serão quase que uma condição para a conclusão do trabalho. Para tanto, diálogos com a linguística, a semiótica, a sociologia e o jornalismo se farão necessários a todo tempo. Nesse último, por exemplo, é que se encontrará a matéria-prima (fontes históricas) relacionada ao contexto desse trabalho, os jornais de época da grande imprensa e imprensa alternativa ludovicense. Logo, apesar da relação de proximidade ou distanciamento com a realidade do humor ilustrado jornalístico da imprensa alternativa no eixo sul-sudeste e alguns outros focos regionais, há de se ressalvar que a prioridade de abordagem será a crítica ilustrada dos jornais ludovicenses.

Portanto, pensando uma lógica de poder estatal empresarial-militar no Brasil com um centro (sul-sudeste) e áreas periféricas (nordeste, por exemplo) analisaremos a coerção e censura utilizada pela ditadura e viabilizada pelo Ato Institucional Nº 5 (AI-5); o Milagre Econômico; a Abertura Política e o Movimento das "Diretas Já". Trabalharemos com as perspectivas de abrangência e legitimidade do poder do Estado por vias discursivas da crítica ilustrada apologéticas em jornais de grande rodagem da capital maranhense (por exemplo, *Jornal Pequeno*, *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão*). Para então adentrarmos ao estudo das vias de crítica ilustrada oposicionista, investigando a atuação de alguns jornais alternativos (*O Baú de Cartuns* e *Folha de São Luís*, por exemplo) na transição do regime ditatorial para o regime democrático.

Sendo a crítica ilustrada um texto que expõe uma realidade de maneira opinativa e parcial, mediante a persuasão pela imagem, logo, temos um vetor ideológico. São inúmeras as linguagens, tais como: artes plásticas, cinema, teatro, televisão, internet, entre outros. Contudo, é a crítica ilustrada uma linguagem legítima e

-





um vetor factual histórico, compilado em quatro subgêneros imagéticos (caricatura, cartum, charge e quadrinhos), que nos dará os indícios necessários a tal investigação histórica sob um prisma não convencional de análise. Destarte, ao esmiuçar seus conceitos e elucidar os seus objetivos centrais, permitam ao leitor, mediante um olhar satírico, irônico e humorístico, uma reflexão e/ou compreensão do comportamento humano em diferentes situações e épocas, fazendo deste gênero de imagem uma fonte potencial na tentativa de revertemos as debilidades do ensino sobre esse contexto histórico brasileiro, inserindo, assim, esse arcabouço documental no cotidiano escolar da Educação Básica de São Luís - MA.

Pois, como afirma Mikhail Bakhtin em sua obra *Marxismo e Filosofia da linguagem*, a natureza de todo sistema de comunicação, de toda linguagem é eminentemente ideológica e múltipla. Todo signo é ideológico, caracterizado como uma realidade ideológica, que tem sua materialidade e que se constrói no ambiente social da comunicação, pela interação verbal e não-verbal. Dessa forma, estudaremos a intencionalidades incutidas em cada desenho analisado, a crítica propriamente dita pelo olhar da forma e do conteúdo mediante auxílio da linguística, ao analisarmos o discurso pela iconografia e sua acessibilidade informativa consequente.

Contudo, cientes de que a imagem é concebida como uma via profunda e variada de apreensão do passado; todavia, não menos perigosa. Esse tipo de fonte histórica impõe certos cuidados quando da investigação e elaboração do saber histórico, haja vista que "para utilizar a evidencia de imagem de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar ciente de suas fragilidades" (BURKE, 2004, p.18).

Por conseguinte, este projeto além do aspecto científico de análise icnográfica histórica, tem por finalidade também conectar o âmbito acadêmico e escolar. Criar pontes indestrutíveis entre esses dois universos, teoricamente indissociáveis, mas que podem ser proficuamente articulados por uma prática pedagógica diversificada. O que é produzido pelos círculos intelectuais de construção de conhecimento de uma sociedade, deve ser entendido e apreendido pela mesma na formação humana e social dos indivíduos que a compõem. De maneira, que não basta





pensar em linguagens variadas sobre um determinado conhecimento, sem que o mesmo não reverbere na sociedade; pois, do contrário, teremos apenas uma retórica acadêmica, circunscrita aos seus muros materiais e imateriais.

Por conseguinte, temos na escola o meio de irradiação e diálogo elementar desse conhecimento. A aprendizagem de metodologias apropriadas para a construção do conhecimento histórico, seja no âmbito da pesquisa científica seja no do saber histórico escolar, torna-se um mecanismo essencial para que o aluno possa apropriar-se de um olhar consciente para sua própria sociedade e para si mesmo.

Segundo Holien Gonçalves Bezerra, no capítulo "O Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos" do livro "A História na sala de aula", organizado por Leandro Karnal, apesar dos estudantes terem no conhecimento algo efêmero, ainda assim devem ser observados meios que cristalizem o próprio conhecimento, mas não de uma forma mecânica e decorativa. O aluno deve ter condições de aprender refletindo o mundo ao seu redor, logo: problematização das questões propostas, delimitação do objeto, exame do estado da questão, busca de informações, levantamento e tratamento adequado das fontes, percepção dos sujeitos históricos envolvidos (indivíduos, grupos sociais, entre outros), estratégias de verificação e comprovação de hipóteses dinâmicas, organização dos dados coletados, aprimoramento dos conceitos, proposta de explicação para os fenômenos estudados, elaboração da exposição, redação de textos. Todos esses pontos são necessários para a formação educacional do discente (KARNAL, 2003).

Assim sendo, o importante é que a disposição dos conteúdos e sua articulação pedagógica leve em conta esses procedimentos para a produção do conhecimento histórico. O aluno deve compreender-se como peça ativa no processo de ensino, fazendo-se um artesão do próprio conhecimento, o qual será elaborado na interação com materiais transcendentes e isentas dos vícios conteudistas, ou seja, como alude o próprio Parâmetro Curricular Nacional de História (Ensino Fundamental). O discente deve utilizar as diferentes linguagens (verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal) como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação e, por conseguinte, saber utilizar



diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos (MEC/SEF, 1997).

A história não é dogma, ou seja, é constante, mutável. Porém, isso não lhe confere a pecha relativista e/ou ficcionista que por vezes salta ao imaginário do aluno a partir do seu senso comum; afinal, refletir não é necessariamente relativizar. Dessa maneira, questionar a realidade ao seu entorno observando problemas e tratando de resolvê-los, valendo-se para isso do pensamento lógico, da criatividade, da intuição, da capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação é uma noção primordial para que mais que quantidade do conhecimento, tenhamos a sua qualidade como um norte vitalício (MEC/SEF, 1997).

Adiante, todo esse produto de análise entre o universo acadêmico e sua preocupação em reverberar no âmbito do ensino escolar terá sua expressão na confecção de um material paradidático de linguagem icnográfica e abordagem histórica não habitual. O foco primário será compilar todas as discussões (a coerção e censura utilizada pela ditadura e viabilizada pelo Ato Institucional Nº 5 (AI-5); o Milagre Econômico; a Abertura Política e o Movimento das "Diretas Já") acerca do período em questão da ditadura empresarial-militar (observada pelo prisma da grande imprensa e imprensa alternativa da cidade de São Luís - MA e seus discursos da crítica ilustrada) com abordagens e imagens (caricaturas, charges, cartuns e quadrinhos) diversificadas.

Em verdade, intenta-se que ao longo do ensino fundamental, os alunos gradativamente possam ler e compreender sua realidade e tenham condições para ter um posicionamento crítico. Nesse sentido, a partir da elaboração desse material paradidático escolar, almeja-se que os discentes possam utilizar esse recurso e que essa ação lhes desperte o interesse por métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico diversos (linguagem escrita, iconográfica, sonora, cênica, entre outras).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se configurou mais como uma análise preliminar, que um objeto acabado. Ainda há muito a se contribuir à historiografia da ditadura empresarial-





militar, principalmente, em seus últimos anos. A democracia sonhada renasceu torta e eivada daquilo que em um sentido utópico de democracia jamais poderia ter, vícios antidemocráticos. Logo, como se pôde perceber, a investigação histórica por caminhos que privilegiem múltiplas linguagens para uma historiografia consoante ao seu tempo e a um ensino de História aprimorado, existem, há muito tempo, por sinal. Não se deve ter o uso da icnografia, por exemplo, no ofício do historiador como algo absurdo, uma vez que os signos são um conjunto compreensível que não pressupõe hierarquia entre si.

Destarte, a crítica ilustrada presente nos grandes jornais e jornais alternativos são vestígios históricos autônomos e de amplo potencial para o desenvolvimento da própria concepção de escrita da História, pois são muitos os que têm a linguagem icnográfica por inferior. Ao buscar o ensino de História e sua relação com a iconográfica, o humor e a escola, novos meandros se abrem e o entrelaçamento desses universos parece possível. A charge, o cartum, a caricatura e os quadrinhos/tiras são transcendentais e necessários ao ensino.

Tudo que está imbricado em seus traços é permeado de códigos inteligíveis a qualquer um, o indivíduo só precisa estar vivo para um dos múltiplos sentidos lhe tocar; visto que é uma arte do cotidiano para todos os indivíduos sociais. A sociedade heterogênea que é, faz então catarses por meio da crítica ilustrada através do cômico, pela reflexão burlesca. Desse modo, por vezes, a sensação que temos é a de que os chargistas e/ou cartunistas nos leram a mente e falaram por nós.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

- O Estado do Maranhão (grande imprensa São Luís MA) (1975-1985)
- O Imparcial (grande imprensa São Luís MA) (1975-1985)
- **O Jornal Pequeno** (grande imprensa São Luís MA) (1975-1985)
- O Baú de Cartuns (imprensa alternativa São Luís MA) (1975-1985)
- A Folha de São Luís (imprensa alternativa São Luís MA) (1979-1985)

BIBLIOGRAFIA:





AZEVEDO, Crislane Barbosa; LIMA, Aline Cristina Silva. Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. Roteiro, v. 36, n. 1, p. 55-80, jan./jun. 2011.

BERGSON, Henri. **O RISO - ensaio sobre a significação do cômico** / Henri Bergson. - segunda edição, Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1983.

BLOCH, Marc Léopold Benjamin. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**; tradução: André Telles, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília : MEC/SEF, 1997. BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem** / Peter Burke; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. — Bauru, SP: EDUSC. 2004.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia? São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

CIRNE, Moacy. **Uma introdução política aos quadrinhos.** Rio de Janeiro, Achiané / Angra, 1982.

DREIFUSS, René. **1964:** a conquista do Estado. A ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FLÔRES, Onici. **A leitura da charge.** / Onici Flôres – Canoas: Ed. ULBRA, 2002. GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

História da imprensa no Brasil / Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras). – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

JORGE, Sebastião Barros. **A linguagem dos pasquins** / Sebastião Jorge. – São Luís: Lithograf, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa.** São Paulo: Scritta, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos.** Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Editora Vozes, 2°edição, 1984.

NERY, João Elias. **Charge e Caricatura na construção de imagens públicas.** São Paulo: PUC/SP. Tese de doutoramento em Comunicação e Semiótica. 1998.

NICOLAU, Marcos. **As tiras e outros gêneros jornalísticos: uma análise comparativa.** Revista Eletrônica Temática. João Pessoa-PB: 2009.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica?** / Lúcia Santaella. – Coleção 103, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **O que e como ensinar: por uma História prazerosa e consequente.** In: KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paul o: Contexto, 2003, p. 17-36.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 3, 1989.



OBRAS COMPLEMENTARES:

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 12ª Edição – 2006 – HUCITEC. Site: http://pt.scribd.com/doc/14893277/Mikhail-Bakhtin-Marxismo-e-Filosofia-Da-Linguagem-Doc. Acesso em: 28/11/2011.

CASTRO, Lívio Bruno Rêgo. **Ditadura militar e repressão no Maranhão: memórias de sobreviventes.** São Luís - MA: Universidade Estadual do Maranhão, 2007. 80 páginas, Monografia, Curso de História, São Luís, 2007.

DUARTE, Wagner Martins. **Censura política? Sim. Moral, também. A divisão de censura e diversões publicadas no regime militar (1964-1985).** São Luís - MA: Universidade Estadual do Maranhão, 2012. 82 páginas, Monografia, Curso de História, São Luís, 2011.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. A origem e desenvolvimento do instituto de previdência do Estado do maranhão: interesses, atores e processos de intermediação (1938-1982). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 1996.

FICO, Carlos. Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar / Carlos Fico. — Rio de Janeiro, Record, 2004.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes** / Freda Indursky. - - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura "Civil-Militar"?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural • Ano XIII • Nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53 • ISSN 1518-4196.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. "Crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil,1974-1985". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (orgs.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai** / Mauro César Silveira. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Editora Vozes, 2°edição, 1984.

O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. — 2ª ed. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. — (O Brasil Republicano; v.4).

O Pasquim: A Subversão do Humor. Documentário dirigido por Roberto Stefanelli/Produção: TV Câmara, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade** / Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SILVA, Adriano Negreiros da. **Traço a traço: análise da crítica ilustrada presente** em jornais ludovicenses no contexto do regime militar brasileiro – 1964-1974 /



Adriano Negreiros da Silva. – São Luís, 2012. Universidade Estadual do Maranhão, Monografia, Curso de História.